



PREZADO LEITOR,

É com grande entusiasmo que apresento a edição 156 da Revista do Tribunal de Contas da União (RTCU), periódico voltado à disseminação de conhecimento técnico-científico sobre direito público, contabilidade, finanças, auditoria no âmbito estatal, inovação, além de administração pública e controle externo, no Brasil e no mundo.

Esta edição reveste-se de caráter especialmente emblemático, ao reunir, nas colunas Entrevista e Artigo de Opinião, respectivamente, duas vozes femininas de reconhecido protagonismo, que, a partir de distintos contextos nacionais e institucionais, convergem na defesa de uma agenda comum de igualdade de gênero, boa governança e fortalecimento do controle externo. São elas **Tsakani Maluleke** e **Cristina Machado da Costa e Silva**. As trajetórias e as reflexões dessas duas mulheres conferem densidade técnica, atualidade e relevância temática à publicação.

Tsakani Maluleke é chefe da Instituição Superior de Controle (ISC) da África do Sul e uma das mais destacadas lideranças globais no campo do controle externo e da promoção da igualdade de gênero. Com atuação expressiva em fóruns internacionais, participa ativamente de iniciativas no âmbito da Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (Intosai), bem como de programas voltados ao fortalecimento da liderança feminina nas instituições de controle. Sua trajetória profissional é marcada pelo compromisso com a boa governança pública, a integridade institucional e a incorporação sistemática da perspectiva de gênero nas práticas de auditoria.

Na entrevista concedida à RTCU, Maluleke destaca a relevância da Plataforma de Ação de Pequim como marco normativo fundamental para a promoção da igualdade de gênero e sustenta que as Instituições Superiores de Controle (ISCs) exercem papel central na concretização desse objetivo. Defende, para tanto, o uso de auditorias sensíveis ao gênero; a avaliação qualificada de políticas públicas; a promoção de orçamentos com recorte de gênero; e o fortalecimento dos mecanismos de transparência e responsabilização governamental. Aborda, ainda, a importância da cooperação internacional entre países do Sul Global para o desenvolvimento institucional das ISCs; os desafios enfrentados por mulheres em posições de liderança; o papel dos homens como aliados na promoção da equidade; e o potencial transformador das auditorias como instrumentos de mudança social. A entrevista se encerra com uma mensagem inspiradora dirigida às mulheres, incentivando perseverança, confiança e compromisso com a abertura de caminhos para as futuras gerações.

Cristina Machado da Costa e Silva é Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU), com sólida e reconhecida trajetória na área jurídica e no controle externo. Atual presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGeo), foi designada, em 2025, supervisora da Política de Equidade, Diversidade e Inclusão do TCU. Reconhecida por sua atuação firme e consistente em defesa da igualdade de gênero, é incentivadora do protagonismo feminino; participa ativamente de iniciativas de prevenção e combate ao assédio; e mantém presença constante em eventos dedicados ao empoderamento das mulheres e à promoção da justiça social.

No artigo de opinião, Cristina Machado sustenta que o protagonismo feminino e a promoção da igualdade de gênero constituem elementos centrais para a legitimidade, a efetividade e a inovação na administração pública. A reflexão também é contextualizada a partir dos 30 anos da Plataforma de Ação de Pequim, com destaque para a transversalidade e a interseccionalidade como chaves analíticas e

operacionais para a formulação de políticas públicas mais justas e eficazes. Defende que a presença de mulheres em cargos de liderança gera valor público; fortalece a democracia; e aprimora a qualidade das decisões, especialmente nas instituições de controle. Argumenta, ainda, que órgãos como os tribunais de contas devem liderar pelo exemplo, institucionalizando políticas de equidade; adotando indicadores e auditorias sensíveis a gênero; e promovendo mudanças culturais internas. Conclui que investir na liderança feminina não é apenas uma exigência de justiça social, mas também uma escolha de inteligência organizacional e um compromisso com um Estado mais inclusivo, eficiente e humano.

A entrevista de Maluleke dialoga de forma direta e potente com o artigo de opinião de Cristina Machado, por evidenciarem que o protagonismo feminino não se limita à dimensão simbólica da representatividade, constituindo, na realidade, força concreta de transformação institucional. Ao valorizar trajetórias marcadas por competência, integridade e compromisso com a perspectiva de gênero, a edição 156 reafirma o papel das mulheres como agentes centrais da inovação nas instituições de controle; da promoção da transparência; e da construção de um Estado mais justo, inclusivo e democrático, consolidando-se, assim, como edição singular e inspiradora da RTCU.

Além da entrevista e do artigo de opinião, a edição é enriquecida por artigos selecionados que abordam temas relevantes nas áreas de direito público, contabilidade, finanças, auditoria no âmbito estatal, inovação, administração pública e controle externo. Todos os textos foram publicados em três idiomas — português, inglês e espanhol — ampliando o alcance e a difusão do conhecimento produzido.

A edição 156 também marca um momento de transição importante na história do periódico, ao encerrar o formato semestral de publicação. A partir de 2026, a Revista do TCU passará a adotar o modelo de **fluxo contínuo**, no qual os artigos serão avaliados, editados e publicados à medida que estiverem prontos, independentemente do fechamento de números previamente estruturados. Esse formato permitirá maior agilidade na divulgação do conhecimento, reduzirá o tempo entre submissão e publicação e conferirá maior dinamismo editorial, beneficiando autores, avaliadores e leitores. Os trabalhos publicados ao longo do ano serão posteriormente consolidados em uma edição anual.

Além disso, também a partir de 2026, a Revista buscará alinhar-se de forma ainda mais consistente aos **princípios da ciência aberta**, promovendo maior transparência nos processos editoriais; estímulo ao compartilhamento responsável de dados e metodologias; valorização da avaliação por pares de forma aberta e colaborativa; bem como ampliação do acesso público e gratuito ao conhecimento científico. Esse alinhamento terá impactos significativos tanto na sistemática de avaliação quanto na forma de divulgação dos textos, fortalecendo a integridade acadêmica, a reprodutibilidade das pesquisas e o diálogo entre a produção científica e a sociedade.

Renovo, assim, o convite para que todos desfrutem da leitura desta edição e participem ativamente do periódico, contribuindo para o fortalecimento contínuo deste espaço de reflexão qualificada e plural sobre a administração pública e o controle externo.

Boa leitura!

Vital do Rêgo

Presidente do Tribunal de Contas da União